

IV Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Santiago de Chile, 2001.

Pertencer ao Povo dos Aivados: Posse de terra, Conflitos Sociais e Identidade numa Comunidade do Sul de Portugal (Século XX).

Inês Fonseca.

Cita:

Inês Fonseca. (2001). *Pertencer ao Povo dos Aivados: Posse de terra, Conflitos Sociais e Identidade numa Comunidade do Sul de Portugal (Século XX)*. IV Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Santiago de Chile.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/iv.congreso.chileno.de.antropologia/180>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ef8V/TQo>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

1991 Sobre economía prehispánica de Socaire. Norte de Chile. Tomo II: 201-210, Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología Chilena.

PLADECO

1999 Plan de desarrollo comunal San Pedro de Atacama. M/S.

Pourrut, Pierre y Lautaro Núñez

1995 El agro y la identidad atacameña: entre la crisis y la esperanza. En Agua, ocupación y economía campesina en la región atacameña, pgs. 107-110. P. Pourrut y L. Núñez (Eds.). Instituto de Investigaciones Arqueológicas, Antropológicas y Museo "R.P. Gustavo le Paige S.J.", Universidad Católica del Norte-ORSTOM, Antofagasta.

Rivera, Francisco

1994 La interrelación sociedad mayor/etnia atacameña en torno a la apropiación social de los recursos en San Pedro de Atacama. Tesis para optar al título de antropólogo social, Departamento de Antropología, Universidad de Chile, Santiago.

1995 El contexto histórico y social del manejo de los recursos agropecuarios en los oasis de San Pedro de Atacama. En Agua, ocupación y economía campesina en la región atacameña, pgs. 61-77. P. Pourrut y L. Núñez (Eds.), Instituto de Investigaciones Arqueológicas,

Antropológicas y Museo "R.P. Gustavo le Paige S.J.", Universidad Católica del Norte, ORSTOM, Antofagasta.

1997 Procesos de articulación socio-identitarias y reformulaciones étnicas en Atacama. Estudios Atacameños N° 13: 61-73, Instituto de Investigaciones Arqueológicas, Antropológicas y Museo "R.P. Gustavo le Paige S.J.", Universidad Católica del Norte, San Pedro de Atacama.

Servicio Agrícola y Ganadero

1999 Declaraciones de existencias de ganado en la comuna de San Pedro de Atacama. II región. Chile. Stavenhagen, Rodolfo

1997 Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina. Revista de la CEPAL N° 62: 61-73. Santiago.

van Kessel, Johannes

1992 Holocausto al progreso. Los aymarás de Tarapacá. Hisbol, La Paz, Bolivia (edición ampliada de la publicación de 1981).

Izko, Xavier

1986 Comunidad andina: persistencia y cambio. Revista Andina, año 4, Julio, N° 1: 31-58, Centro Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas. Cusco, Perú.

Pertencer ao Povo dos Aivados: Posse de terra, Conflitos Sociais e Identidade numa Comunidade do Sul de Portugal (Século XX)

Inês Fonseca*

Nesta comunicação, iremos apresentar o caso de um movimento de resistência protagonizado pelos moradores de uma aldeia alentejana (Aivados). Este estudo foi realizado no âmbito da tese de mestrado por nós defendida e que pretendia abordar a existência de conflitos sociais em meio rural e as memórias-identidades de uma comunidade construídas nesse contexto. Os moradores de Aivados (assalariados rurais), detêm coletivamente uma herdade com 500 ha. Ao longo de todo século XX, vão resistir às tentativas de usurpação de parcelas da sua terra por parte dos grandes

proprietários das herdades vizinhas. Em alguns momentos (nomeadamente, durante os anos da ditadura), impossibilitados de agir de forma aberta esta comunidade teve de recorrer às formas de resistência de baixa intensidade. Assim, a memória sobre a propriedade e os seus limites foi sendo transmitida entre gerações, constituindo-se como a forma privilegiada de defesa da propriedade numa conjuntura que não aconselhava os conflitos explícitos. Mais tarde, com o derrube do regime ditatorial (em 25 de Abril de 1974),

* Investigadora do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa - FCSH, Universidade Nova de Lisboa Bolsreira de Doutoramento da FCT

os moradores de Aivados puderam finalmente recuperar as parcelas de terra que haviam sido usurpadas. Actualmente, o episódio da recuperação dos terrenos constitui o ponto fulcral da identidade desta comunidade, visível através dos discursos produzidos pelos diferentes grupos que constituem a sua teia social: os moradores na aldeia, os emigrantes, os órgãos de comunicação social, etc.. A construção identitária desta comunidade surge, então, como um processo dinâmico: no qual a comunidade, simultaneamente, transmite uma imagem para o exterior e absorve as influências externas dos discursos sobre si própria.

1 - O monte dos aivados: Posse de terra e conflitos sociais

Nesta comunicação, tentaremos mostrar como uma aldeia do sul de Portugal constrói a sua identidade não só no seu interior (com os que nela residem), mas também no seu exterior através da comunidade migrante (que se mantém participativa nos assuntos da sua terra natal). Trata-se, portanto, de uma imagem que tem como base uma realidade social heterogénea (composta por: moradores na aldeia e migrantes, assalariados rurais e operários industriais, etc.). O processo de construção de identidade do Povo de Aivados é um processo dinâmico, em que todos participam e se sentem integrados. A comunidade inventa e transmite uma imagem sobre si própria para o exterior, simultaneamente, apropria-se das influências exteriores e absorve-as no seu discurso.

É este processo que permite a identidade desta comunidade, que é inclusiva não só dos seus moradores mas também dos seus migrantes. Nos almoços-convívio entre estes dois grupos, que se realizam na aldeia, todos estão presentes e participam, mesmo aqueles que estiveram afastados por mais tempo, como podemos perceber pelos versos feitos numa dessas ocasiões:

Estou aqui na minha aldeia
Com prazer e alegria
Na presença de tantos jovens
Que eu ainda não conhecia .

Neste caso, a identidade relaciona-se não com a ligação de uma comunidade com características específicas a um território, mas antes com os laços afectivos (as memórias, as formas de participação, os discursos, etc.) que ligam os indivíduos entre si e os integram.

1.1 - Os Moradores da Aldeia dos Aivados

O Monte dos Aivados é uma pequena aldeia de assalariados rurais, pertencente ao concelho e freguesia de Castro Verde, no distrito de Beja (baixo Alentejo). Situa-se numa zona onde a grande propriedade existe de forma dominante a par das empresas de capitalismo agrário, o que se traduz numa acentuada "bipolarização social" (Barreto; s.d.b: 189): de um lado, os grandes proprietários, cujo objectivo primeiro é a exploração lucrativa dos seus terrenos, adoptando para tal as estratégias necessárias (incluindo a contratação de mão-de-obra a baixo custo) e, do outro, os assalariados rurais (que residiam nas aldeias dentro dos latifúndios) sem alternativas de sobrevivência que não fosse o trabalho nessas propriedades.

Durante o século XX, os donos dos grandes latifúndios do Alentejo acumulam o elevado estatuto económico com equivalente estatuto social e político, quer nas localidades onde eram proprietários, assumindo cargos elevados na administração local como a nível nacional (nos cargos públicos que exerciam na capital). Esta situação produz como consequência o facto de os indivíduos assalariados rurais, que dependiam destes latifundiários para sustentarem as suas famílias, nada poderem fazer para alterar as suas condições de vida. Sujeitavam-se, assim, ao trabalho precário e mal remunerado que tinham a sorte de encontrar. No início do século XX (com a implantação da República, em 1910), ocorreram lutas sociais dos assalariados rurais alentejanos, mobilizados pelos Sindicatos Agrícolas que surgiram com o início do século (1901). No entanto, após o Golpe de 28 de Maio de 1926 (que dá início à ditadura), estas organizações foram dissolvidas e a actividade reivindicativa destes indivíduos foi remetida para um contexto de clandestinidade. As formas de luta declarada passaram a assumir um carácter de subtilidade e baixo grau de intensidade. Qualquer tentativa de exercer alguma forma de pressão e alcançar uma situação de trabalho mais satisfatória, era imediatamente rejeitada por esta classe dominante de proprietários-autarcas, que tinha do seu lado as autoridades policiais.

Nas descrições que fizeram ao narrar-nos as suas vidas, os moradores da aldeia de Aivados foram unânimes ao afirmar que passaram por uma época (durante a ditadura) muito difícil: de "grande miséria" e "muita dureza". A precaridade do emprego estava na origem desta "vida de miséria" que nos descreveram. Ao longo deste período, os anos agrícolas sucediam-se marca-

dos por diferentes momentos: períodos abundantes de emprego para toda a mão-de-obra local e também para a que vinha de fora, na altura da realização de determinadas tarefas agrícolas (ceifa, monda, debulha e apanha) e períodos de "crises de trabalho", em que os postos de trabalho não eram suficientes para todos os indivíduos do concelho. As famílias tinham trabalho e salário apenas em algumas épocas do ano, por outro lado, a assistência social em caso de doença ou velhice era nula, ficando as pessoas dependentes da ajuda de familiares ou da caridade alheia.

O contexto socio-económico que descrevemos é válido também para os habitantes da aldeia de Aivados. Contudo, existe uma diferença: a herdade que circunda a povoação é propriedade colectiva de todos os moradores da aldeia. São 400 ha de terrenos de usufruto colectivo: algumas parcelas são atribuídas e cultivadas individualmente, outras estão destinadas para a pastagem do rebanho colectivo e outras, ainda, são exploradas indirectamente (foram arrendadas a uma empresa de extracção de pedra para a construção de estradas). No interior dos limites da propriedade existe uma outra povoação, que surgiu em 1930/40 com a construção da linha de Caminho-de-Ferro para o Algarve) e corresponde ao apeadeiro da Estação de Ourique - é esse o nome da povoação.

Os moradores da Aldeia do Monte dos Aivados, detêm em comum a posse e o usufruto de uma Herdade (400 ha de terra). Esta situação de compropriedade da terra teve origem há vários séculos. Existe uma Sentença da Corte e Casa da Suplicação (1627-1680), que refere a existência de uma outra Sentença da Relação (datada de 1562) estabelecendo aqueles terrenos como sendo Rossios usufruídos exclusivamente pelos moradores daquela aldeia. A prática do arrendamento de parcelas da herdade para pastagem de gado, a indivíduos de fora da aldeia, trouxe vários problemas aos moradores de Aivados, uma vez que se verificaram várias tentativas de tomada de posse ilegal dessas parcelas de terreno com o pretexto da utilização das mesmas ao longo de vários anos (o que lhes daria a propriedade das mesmas, segundo a lei de usucapião).

Foi o que sucedeu com as pastagens dadas de renda ou em troca de pequenos empréstimos (para pagamento de géneros alimentares), à família Lança Falcão e ao proprietário do Monte Novo. Ambos os proprietários se apossaram de forma ilegal (através de um processo de acessão) destas parcelas de terreno, que lhes haviam sido apenas arrendadas, fazendo uso do seu poder económico e político e da posição social que o

regime vigente lhes conferia para imporem a sua vontade de forma não pacífica. Esta situação deu lugar (ao longo de todo o século XX) a um movimento de resistência protagonizado pelos moradores da aldeia, na tentativa de manterem a posse da herdade sem entrarem em confrontos abertos (que lhes seriam prejudiciais) com os proprietários e potenciais patrões. Desde a década de sessenta, a evolução socio-económica e demográfica desta população tem vindo a acompanhar a tendência das regiões do interior de Portugal. Assim, verificou-se uma alteração ao nível dos sectores de actividade económica: com o sector primário (agrícola) a perder o papel dominante que tinha, sendo substituído pelo sector secundário (são as minas e pedreiras da região que dão trabalho aos indivíduos).

Na altura em que realizámos o nosso trabalho de campo em Aivados, esta população apresentava sinais bem visíveis de um processo de despovoamento e envelhecimento: a maioria dos residentes na aldeia eram reformados e domésticas. Em 1995, existiam 142 moradores na localidade, distribuídos por 65 fogos (das 157 casas existentes, 92 encontravam-se abandonadas). 80% dos indivíduos que inquiri (um por cada casa habitada) afirmaram ter familiares a residir fora da aldeia. Esta é uma situação que ocorre desde a década de sessenta: começou com a geração dos pais e, aqueles que não partiram na altura, assistem agora à partida dos seus filhos. O principal destino de quem saiu da aldeia foi a margem-Sul do Tejo e as várias indústrias aí existentes, os primeiros a chegar foram chamando os restantes e acabaram por aí se fixar até aos dias de hoje. Os outros destinos são no exterior do país (Alemanha e Suíça).

A comunidade de migrantes na Baixa-da-Banheira (localidade da margem-sul do Tejo) assume especial importância no contexto da aldeia: apresenta um valor de migrantes equivalente ao de todas as outras localidades da margem-sul. Este grupo de pessoas, não só pelo quantitativo mas também pela sua atitude e comportamento, revela uma dinâmica que o distingue e lhe confere uma importância especial, pois apesar de já lá não residirem, continuam a participar activamente no quotidiano da própria aldeia.

Surpreendentemente, é fora da aldeia dos Aivados que encontramos o grupo de indivíduos que mais contribui para construção da sua memória-imagem: a comunidade de migrantes da Baixa-da-Banheira. Estes indivíduos estão em permanente contacto uns com os outros no seu local de destino: aí, à distância, recriam

uma nova imagem sobre a sua terra natal, mais tarde, ela é "importada" e apropriada pela aldeia.

1.2 - A Aldeia dos Aivados: Formas de Propriedade e Gestão da Terra

A aldeia possui uma organização social baseada na propriedade comunal da sua herdade, que afirma o princípio da igualdade entre todos os moradores: "a terra é de todos e não é nenhum". Para o efeito, os indivíduos socorrem-se de diversos mecanismos sociais que visam estabelecer um equilíbrio relativamente às desigualdades e possam surgir (originadas pela sobreposição de formas de propriedade comunal e privada ou de formas de exploração colectiva e individual dos terrenos que partilham). Aos constrangimentos impostos pela exploração comunitária do território, corresponde uma organização social que prevê formas institucionalizadas de partilha de direitos e deveres: a Comissão (actualmente, Direcção da Associação do Povo de Aivados) responsável pela administração dos assuntos da herdade, as reuniões da Comissão, os diversos subsídios e benesses, os sorteios e leilões e, finalmente, os grupos de trabalho voluntário.

A administração da Herdade dos Aivados e dos assuntos com ela relacionados sempre esteve a cargo de três pessoas, apesar de ser responsabilidade de todos. Inicialmente, tratava-se de uma Comissão Representante do Povo de Aivados (a Comissão, órgão executivo, eleito de 3 em 3 anos, que obedecia às directrizes e orientações estabelecidas nas reuniões entre todos os moradores), cujas funções se resumiam ao recebimento do dinheiro do arrendamento da pastagem e de pequenas parcelas de terra, à distribuição da esmola de Natal e à conservação dos espaços públicos da aldeia.

Os moradores da aldeia têm mantido uma forma de propriedade colectiva da Herdade do Monte dos Aivados, através do equilíbrio entre a propriedade e usufruto comum ou individual dos terrenos. Por exemplo, o terreno onde está construída a casa de cada uma das famílias é pertença do seu proprietário (podendo ser transmitida em herança), no entanto, se a casa for abandonada e ruir, o terreno onde ela se encontrava regressa à propriedade colectiva dos moradores da aldeia (não podendo, por exemplo, ser o terreno vendido pelos proprietários da casa que nele existia). Além desta forma de propriedade individual, cada indivíduo tem ainda a possibilidade de semear ou plantar uma pequena parcela dos terrenos colectivos, para a qual todos os anos se "inscreve" recebendo o

direito de cultivar uma parcela diferente. Esta rotatividade coloca todos os indivíduos em pé de igualdade, uma vez que existem terrenos melhores que outros que são atribuídos a pessoas diferentes.

Até 1974 (altura em que se deram algumas transformações na forma de exploração dos terrenos), quem não fazia o cultivo destas parcelas, recebia como compensação, a esmola do Natal. Na actualidade, muito poucos indivíduos fazem este cultivo e todos (sem excepção) recebem a esmola de Natal a par de outros "subsídios" (por nascimento de um filho, óbito de algum familiar, frequência da escola, etc.). Os moradores de Aivados beneficiam ainda de um conjunto de facilidades que lhes são concedidas apenas e quando o desejarem: possibilidade de o seu gado ovino andar junto do rebanho em algumas épocas do ano; distribuição gratuita de lenha e cal; bem como prestação de serviços do tractor em terrenos de propriedade individual; distribuição de água nos quintais (durante o Verão) para evitar a sobrecarga da rede pública de distribuição e utilização dos serviços de transporte da carrinha.

Assim, o usufruto comum da propriedade por parte de todos os moradores da aldeia, de facto, é posto em prática através de um sistema de redistribuição dos lucros obtidos visando a integração de todos os indivíduos no grupo. O mesmo acontece com as formas de participação e ajuda dos indivíduos, no âmbito do quotidiano da aldeia e dos assuntos relacionados com a herdade. Frequentemente, as contribuições feitas pelas pessoas surgem (ao nível dos discursos expressos) como tendo sido feitas pelo colectivo - o Povo.

Neste sentido, existe um complexo mecanismo de angariação de dinheiro - os leilões - em que este não é oferecido directamente (o que também pode acontecer em certas ocasiões) mas antes em géneros, que depois são vendidos (em leilão ou sorteio). Assim, o lucro apurado resulta não só da oferta de alguém como também da contribuição de outros indivíduos, ficando a participação do colectivo assegurada (pela diluição das acções individuais): alguém oferece uma prenda que outro vai comprar ou arrematar.

1.3 - Momentos de Resistência e Luta

Com o 25 de Abril de 1974 e o fim da ditadura, o país foi percorrido por um "vento de mudança", aos anos de resistência e de lutas violentamente reprimidas sucedeu-se um período (considerado por muitos) de esperança. O Alentejo não foi excepção a este

movimento: depressa se iniciaram as ocupações de herdades dos latifundiários "sabotadores" (que conduziram à existência de uma crise de desemprego, sem paralelo nos últimos anos) e os trabalhadores assumiam, agora, a exploração colectiva das terras, organizados em UCPs (Unidades Colectivas de Produção). Neste período, as condições de vida dos assalariados rurais do Alentejo (considerados o grupo social que vivia em piores condições antes de Abril de 1974) melhoraram consideravelmente. Verificou-se o aumento dos salários, a melhoria das condições de trabalho (horário, transporte para os locais de trabalho, etc), a criação de um sistema de assistência social (cuidados médicos e pensões de reforma), etc. .

É no contexto do movimento de ocupações de herdades (durante o processo da Reforma Agrária) que os moradores de Aivados se apercebem de que a sua situação também pode ser alterada. Se até ali não haviam protestado de forma declarada relativamente à usurpação das terras que lhes pertenciam, nesse momento puderam agir. No dia 20 de Abril de 1975 (quase um ano depois do golpe de estado), foram recuperar as parcelas de terra que pertenciam à sua propriedade, organizaram-se de modo a obterem apoios do exterior (subsídios do Estado para a agricultura e pecuária, bem como ajudas de particulares, como o empréstimo de um rebanho por parte de um proprietário vizinho, com que iniciaram a criação do seu próprio rebanho, hoje com cerca de 400 cabeças) e intensificaram a exploração directa dos terrenos.

A partir desse momento, a Comissão responsável pela administração dos assuntos relativos à Herdade ganhou um novo fôlego, com o regresso à aldeia daquele que é ainda hoje o Presidente da Associação do Povo de Aivados (o sr. António Ventura) - militar de carreira, tendo estado fora por largos períodos de tempo (fez várias comissões na Guerra Colonial), voltou para casa à espera de ser colocado. É durante esse período, de poucos meses, que efectua os preparativos para aquilo que se seguiria: realizando uma pesquisa relativamente às confrontações de todas as herdades que confinam com a herdade dos Aivados, para comprovar os verdadeiros limites desta .

A ideia de tentar recuperar as parcelas de terreno, que haviam sido usurpadas à força pelos lavradores vizinhos, partiu deste homem, acompanhado por outras pessoas da aldeia e por um grupo de migrantes residentes na Baixa-da-Banheira. E o dia em que o Povo de Aivados foi recuperar as parcelas da sua herdade, é guardado e exaltado nas memórias não só daqueles

que nele participaram efectivamente, mas também daqueles que gostariam de o ter feito (porque ainda não eram nascidos ou porque não puderam estar presentes).

2 - O povo dos aivados: Formação de uma identidade

2.1 - A Base Social de uma Identidade

Nas conversas que mantivemos com as pessoas da aldeia, no decurso do trabalho de campo, verificámos que utilizam recorrentemente um substantivo colectivo - "o Povo" - para designar a povoação e a sua população. Assim, referem-se ao "rebanho do Povo" ou, ainda, às ofertas feitas pelo "Povo" a seguir ao 25 de Abril de 1974, altura em que a exploração da herdade foi impulsionada com ajudas de diversa ordem. Nos diversos contextos em que esta designação surgiu, verificámos que incluía não só os habitantes da aldeia como também a sua comunidade de migrantes.

O Povo de Aivados constituiu-se, ao nível dos diversos discursos produzidos, como a entidade congregadora da aldeia, cuja constituição engloba os moradores e a sua comunidade migrante. Mais do que a existência concreta de um grupo com características próprias e ligado a um território, a utilização do nome colectivo "Povo" refere-se a um conjunto de pessoas em torno de uma memória comum, reflectindo assim um ideal de coesão e de pertença ao grupo.

O grupo dos migrantes da margem-sul do Tejo (na sua maioria na Baixa-da-Banheira), é constituído por indivíduos que se viram forçados a sair da aldeia em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Contudo, ficou a nostalgia pelas origens na aldeia e pelos tempos da sua mocidade em que lá viviam e trabalhavam, apesar da pobreza que enfrentavam. Muitas das iniciativas realizadas pelos seus conterrâneos (residentes na aldeia) são apoiadas por eles: participaram na recuperação das parcelas da herdade, angariaram dinheiro (através da venda de rifas) para ajudar a Comissão Administrativa nesses primeiros tempos e, actualmente, participam nas iniciativas da Associação do Povo de Aivados e organizam um almoço-convívio (que se constitui como um importante momento no reforço da identidade do Povo de Aivados).

Quando nos seus discursos se referem ao Povo dos Aivados, os habitantes da aldeia estão a construir uma identidade comum. Neste caso, a integração dos

indivíduos no grupo consiste na partilha de experiências (reais ou desejadas), traduzindo-se na vontade dos indivíduos de se associarem a um acontecimento por que se identifica com ele. Pertencer ao Povo dos Aivados, não implica que os indivíduos residam na aldeia ou participem nos acontecimentos mais importantes da história da sua população, basta querer por que se partilha o objectivo de defesa dos interesses da aldeia e da sua herdade.

2.2 - *Comemorações - Memória e Identidade*

Depois de recuperadas as terras (em 1975), iniciou-se imediatamente a exploração de toda herdade: a terra foi preparada para a sementeira e foi semeada, seguindo-se as restantes tarefas agrícolas. Tudo isto só foi possível com a colaboração do Povo de Aivados (que emprestou e angariou dinheiro e sementes, dando ainda um importante contributo com o seu trabalho voluntário). Nesta altura, viveu-se um ambiente de grande coesão e solidariedade entre todos (residentes e migrantes): quem não podia participar nas tarefas agrícolas, colaborou na confecção das refeições dos que iam trabalhar para o campo. Como nos relatou a esposa do presidente da Associação: "P'r'aqui as pessoas iam ajudar, ceifar, mondar, essas coisas. Quando era a a'ceifa, quando era a tosquia, quando era a debulha: as pessoas iam ajudar, as mulheres. Eu ajudava muito aqui na minha casa. Eu é que fazia aqui o comer, com o meu marido, fazia-lhe o comer e ia-lhe levar o comer. (...)E toda a gente ajudava. Toda a gente: uma mandava uma garrafa de vinho, outra de laranjada, outra era a fruta, outra era... pronto, tudo dando em dar e juntava-se..." . Aqueles que residiam fora da aldeia (nomeadamente na Baixa-da-Banheira) também se organizaram e contribuíram de várias formas: sobretudo com dâdivas em dinheiro, para ajudar na compra de alfaias agrícolas dos materiais necessários.

Actualmente, todos recordam perfeitamente a história da usurpação das parcelas da herdade e, sobretudo, como é que elas foram recuperadas. A vida em Aivados gira em torno destes episódios, cuja memória é quotidianamente construída e reinventada. A participação através do trabalho voluntário e gratuito, constitui um excelente exemplo daquilo que acabamos de referir. Antigamente, todos aqueles que cultivavam uma pequena parcela dos terrenos colectivos, deviam contribuir com o seu trabalho para as mais diversas actividades (agrícolas ou de melhoramentos na aldeia). Hoje em dia, com o aumento dos lucros

obtidos através da exploração da terra esta prática tornou-se desnecessária e já ninguém é obrigado a dar tempo de trabalho gratuito. Aqueles que ainda o praticam fazem-no voluntariamente, como forma de participação nos assuntos da herdade e da aldeia.

Um desses casos é o designado almoço do veterinário, realizado no dia em que este vai vacinar o rebanho. Nesta tarefa, torna-se necessária a assistência de diversos homens, surgindo assim uma oportunidade para os indivíduos reviverem os tempos em que a sua participação e trabalho eram absolutamente necessários ao desenvolvimento da Associação do Povo dos Aivados e de que muito se orgulham. Também, as mulheres (que não participam nas tarefas relativas ao rebanho) prestam a sua colaboração na confecção do almoço que o Povo oferece ao veterinário, lembrando o tempo em que iam todos trabalhar na herdade. O almoço a que assistimos (Junho de 1995) foi feito apenas por uma pessoa, pois não era necessária a ajuda de mais ninguém, no entanto, foram chamadas a colaborar nos preparativos finais duas vizinhas, que nos referiram que "sempre haviam dado aquela ajuda". Ao cristalizar e repetir estas actividades do passado, cada indivíduo está a assegurar a sua pertença ao colectivo.

De igual modo, também o grupo de migrantes continua a participar de forma activa e organizada na vida da aldeia, através das suas comemorações. Para além dos almoços-convívio, que costumam realizar numa colectividade da Baixa-da-Banheira ("Os Alentejanos"), organizam de 2 em 2 anos um almoço-convívio na aldeia, com o propósito de proporcionar a todos uma visita comemorativa (do dia em que recuperaram as terras e das antigas amizades). O primeiro destes almoços ocorreu no dia 5 de Maio de 1991: "No primeiro ano, trouxemos 2 autocarros, cheios! Nos autocarros eram aí... 50 e tal pessoas. (...)Então e as pessoas que vieram de carro? Eram muitos carros, muitos carros. Tudo pessoas: ou o marido daqui ou a mulher. Com os filhos, já se sabe, se havia netos... já havia filhos casados, traziam também as mulheres ou o... se era filhos traziam as mulheres, se era mulheres traziam os maridos, já se sabe tudo pertencia aqui há aldeia." . Em 1993, realizou-se o segundo destes eventos e os últimos, em Agosto de 1996 e 1998, assumiram uma nova dimensão o que revela o sucesso da iniciativa. Foi escolhido este mês por ser a altura em que os emigrantes vêm de férias, para que também eles possam participar. Por outro lado, o convívio estende-se por um fim-de-semana: com largada de touros e baile (no sábado), e almoço (no domingo).

Um outro momento de afirmação da pertença à comunidade por parte dos indivíduos foi o processo da construção de uma Casa Mortuária (a que assistimos durante o nosso trabalho de campo). Foi-nos dito que aquela obra era o resultado das contribuições do Povo: que angariou dinheiro para a construção, tratou do processo burocrático, etc.. Contudo, a realidade diz-nos que seria impossível construir semelhante edifício apenas com o dinheiro obtido nas actividades destinadas a angariar fundos para o efeito, se não fossem os 3.500 contos acrescentados pela Junta de Freguesia. Mais uma vez, o ideal de coesão em que se traduz a entidade "Povo de Aivados", esconde a possibilidade de excepções (que existem sempre).

Quando, em Abril de 1996, regressámos a Aivados e aí permanecemos uma semana, presenciámos um acontecimento que confirma o que acabámos de referir. Tratou-se do funeral de uma vizinha. Durante a nossa primeira estadia, ela já estava acamada, vivendo com um filho deficiente - entretanto falecido - e recebendo as visitas das filhas todos os fins-de-semana. Foi a única casa onde nunca entrámos e na qual ninguém se disponibilizou para responder directamente ao inquérito-levantamento por nós realizado (preenchêmo-lo indirectamente, através de uma vizinha). Deduzimos que tal situação se devesse ao facto de se tratar de uma pessoa que estava doente e não voltámos a pensar no assunto. A não ser quando nos apercebemos de que o velório da referida senhora não se iria realizar na Casa Mortuária (património comunitário), como acontecera com todos os outros a que assistimos, mas sim em casa. Dos funerais a que assistimos na aldeia, aquele foi o menos "acompanhado", sendo igualmente significativo o facto de as explicações sobre o assunto terem sido reveladas numa espécie de "velório-paralelo". As vizinhas (como é habitual quando morre alguém, ajudaram nos preparativos, mas desta vez na casa da família), mas depois não ficaram a acompanhar a família durante a noite. Na casa de outra vizinha, juntou-se um grupo de pessoas da aldeia (no qual me incluí) a passar grande parte da noite: comendo e bebendo. Foi, então, que nos explicaram tratar-se de uma família que "esteve sempre contra isto do Povo" e recusava-se em participar na vida da aldeia e, além disso, estava ligada ao regime salazarista (um dos filhos da senhora pertencia à polícia política do Estado Novo - P.I.D.E.).

3 - Considerações finais: Uma identidade inclusiva

Gostaríamos apenas de salientar o facto de a identidade da aldeia baseia-se em duas vertentes: por um lado, a da aldeia que fornece elementos para a sua comunidade migrante e, por outro, esta última que reconstrói a primeira, apropria-se dela e, finalmente, devolve-a transformada. Os indivíduos naturais de Aivados, que residem actualmente, noutros locais (em Portugal ou no estrangeiro) funcionam como uma espécie de "espelho" da aldeia. Sobretudo, entre aqueles a quem, por proximidade geográfica das actuais residências, é possível manter um contacto próximo entre si com alguma regularidade. É o que acontece com os Aivadenses a morar na Baixa-da-Banheira (que são em grande número). Os seus locais de encontro depressa se transformam nos locais da comemoração da aldeia e de tudo com ela relacionado: características próprias, episódios destacados da sua história, etc. - tornando verdadeira a afirmação "tudo pertence aqui à aldeia".

Fontes e bibliografia

1 - Fontes Manuscritas e Impressas (em Arquivo ou Produzidas para a Investigação)

1.1 - Arquivos Locais

Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde:

* Fundo do Administrador do Concelho de Castro Verde, Correspondência recebida e expedida.

Arquivo Particular da Associação do Povo de Aivados:

* Sentença da Corte e Casa da Suplicação (1627-1680), transcrição;

* Livro de Actas da Comissão Representante do Povo de Aivados (1934-1949);

* Processo Instaurado pelo sr. Carlos Alberto Lucas Falcão, contra a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Castro Verde (na pessoa dos respectivos Presidentes das Comissões Administrativas) e o sr. Manuel Venâncio, sr. José de Matos e sr. António Nobre (1975-1990);

* Livro de Actas da Associação do Povo de Aivados;

* Livro de Contas Comissão Representante do Povo de Aivados: 1948-1973/6;

* Livros de Contas da Comissão Administrativa do Povo dos Aivados: I) 1976 -1986 e II) 1986 -1990;

* Balanços apresentados em Assembleia Geral: 1975-1995;

* Pastas de recibos e facturas (1975-1990);

* Pasta de "Correspondência" (1975-1990);

* Livro de Actas da Associação do Povo dos Aivados;

* Pasta "Complicações" (1991-95).

Documentação Particular Propriedade de Moradores de Aivados:

- * "Descobrir a Nossa Terra" (trabalho realizado pelos alunos da Escola Primária de Aivados - 1988)
- * "Poeta da Nossa Terra: sr. António Guerreiro de Matos" (colectânea de versos populares do autor, efectuada pelos alunos da Escola Primária de Aivados - 1988)
- * "A Arte de Viver nos Versos do "Paínhas"" (colectânea de versos populares do autor, efectuada pelos alunos da Escola Primária de Aivados - 1988)
- * Vídeo sobre a aldeia do Monte dos Aivados (trabalho realizado por Vera Mónica Indiano, Cláudia Nobre Sofia, Maria Cidália de Matos; no âmbito da disciplina de História do 11º ano da Escola Secundária de Castro Verde - 1995)

1.2 - Arquivos Nacionais

Arquivo do Ministério da Administração Interna:

- * Fundo do Gabinete do Ministro do Interior (1949-1974), correspondência recebida e expedida (Presidentes de Câmaras Municipais e Governadores Cívicos). Instituto Nacional de Estatística:
- * Recenseamento Geral da População (1930-1981) e Recenseamento Agrícola do Continente (1943/1958).

1.3 - Documentos Produzidos para a Investigação

- * Diário de Campo e Cadernos de Campo, relativos ao período de duração do trabalho de campo (Maio a Outubro de 1995; Janeiro a Agosto de 1996 - com alguns interregnos).
- * Transcrições de Entrevistas: Maria Antónia Mestre (Cassete nº1, lado A) e Maria Teresa (Cassete nº8, lado B - Cassete nº9, lado A).
- * Resultados do Inquérito de caracterização socio-económica da população, realizado no decorrer da investigação (Maio-Outubro de 1995).

2 - Bibliografia

2.1 - Contexto Rural e Alentejano

ALMEIDA, Celso Pinto [entrevista]
1994 - "As imagens fortes do 25 de Abril", in O Campaniço, Março / Abril, p.10
CARVALHO, Abílio Pereira de
1982 - "A República dos Aivados - Aspectos da vida comunitária numa aldeia alentejana desde o séc.XVI", in Diário do Alentejo, 22 e 29 de Setembro, pp.6-7
CUTILEIRO, José
1977 - Ricos e Pobres no Alentejo. Lisboa, Livraria Sá da Costa
NEVES, António Martins [texto] e VERÍSSIMO, Idalécio [fotos]
1993 - "O Povo de Aivados", in Grande Reportagem, nº27, pp.62-66

OLIVEIRA, Daniel [texto] e ROSENDO, Álvaro [fotos]
1996 - "Histórias de uma revolução tranquila", in Já, Ano 1, nº6, pp.28-30

PEREIRA, José Pacheco

s.d. - Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal. Mem Martins, Publicações Europa-América
SOEIRO, José

1995 - "Alentejo: os sindicatos na luta contra o latifúndio", in Vértice, nº68, pp.11-18

VENTURA, Mário

1968 - "Terras e gentes do Alentejo", in Seara Nova, nº1476, pp.309-12

1973 - Alentejo Desencantado. Lisboa, Livraria Bertrand

2.2 - Movimentos Sociais

ADAS, Michael

1981 - "From avoidance to confrontation: peasant protest in precolonial and colonial Southeast Asia", in Comparative Studies in Society and History; Vol.23, nº2 - April, pp.217-247

1986 - "From footdragging to flight: the evasive history of peasant avoidance protest in South and South-east Asia", in The Journal of Peasant Studies, vol.13, nº2, pp.64-86

BARRETO, António

s.d., b - Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976. Mem Martins, Publicações Europa-América

FONSECA, Maria Inês Pinto

1997 - O Dia em que Deixaram de "Comer de Boca Fechada". Memórias de um Conflito Social - Formas de Resistência em Meio Rural. Lisboa, Dissertação de Mestrado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (deptº de Antropologia) da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado)

FONSECA, Inês

1997 - "Remediados e "desferrados": Aivados durante o Estado Novo", in História, nº32 (Junho), pp.36-47

1999 - "Fui sempre contra aquilo e os meus pais também, e os meus avozes, e os avozes do meu (marido)!", in Arquivo de Beja, Vol.XI - série III, pp.39-59

FONSECA, Inês e FREIRE, Dulce

1997 - "O Dilema do Estado Novo: "a criação de uma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la", in Arquivos da Memória, nº3 - Movimentos Sociais (Outono-Inverno), pp.35-50

1999 - ""O meio rural está comunizado e anárquizado" resistir e lutar no Alentejo, durante o Estado Novo", in Cadernos de Estudos Locais, nº2 - "Um Homem Só Não Vale Nada", Santiago do Cacém, Associação Cultural de Santiago do Cacém, pp.4-18

FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce e GODINHO, Paula
1999 - Resistência e Conflito no Contexto Rural Português 1926-1974 (relatório final do projecto de

- investigação "Resistência e Agitação no Contexto Rural Português 1926-1974"), CEEP / FCSH - UNL, Lisboa
- GODINHO, Paula
1996b - "O Maquis na Guerra Civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia", in *História*, ano XVIII (nova série), nº27, pp.28-45
- 2001 - "Comunidade, classes e colectivos no sul de Portugal (Couço, 1958-1962)", in *Ler História*, nº40, pp.127-139
- LANDSBERGER, Henry A. [ed.]
1974 - "Peasant unrest: themes and variations", in *Rural Protest: Movements and Social Change*. London, MacMillan, Cap.I: pp.1-64
- PETERSEN, Roger
1993 - "A community-based theory of rebellion", in *Archives Européennes de Sociologie*, Vol.XXXIV, pp.41-78
- PIÇARRA, Constantino Manuel Lemos
2000 - *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja no Pós 25 de Abril de 1974*. Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX-XX (secção do séc.XX) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (deptº de História) da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado)
- PIRES, Carlos Borges e ZANONI, Magda Maria
1991 - *Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico e Social*. Porto, Edições Afrontamento
- SCOTT, James
1976 - *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven & London, Yale University Press
- 1985 - *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven & London, Yale University Press
- 1990 - *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. New Haven & London, Yale University Press
- 1998 - *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven & London, Yale University Press
- TENGARRINHA, José
1994 - *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1751-1807, 1ºVol; 1808-1825, 2ºVol.)*. Mem Martins, Publicações Europa-América
- 1996 - *Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa, Publicações Dom Quixote
- CASSEN, Bernard; HAILIMI, Serge; JULIEN, Claude e RAMONET, Igancio [eds.]
1995 - *Leçons d'Histoire*, in "Manière de Voire", nº26. Paris, Le Monde Diplomatique
- CONNERTON, Paul
1993 - *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras, Celta Editora
- COSTA, António Firmino da
1985 - "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", in *Análise Social*, nºs87-88-89 ("Mudanças sociais no Portugal de hoje"). Lisboa, pp.735-756
- FENTRESS, James e WICKAHM, Chris
1994 - *Memória Social. Novas Perspectivas Sobre o Passado*. Lisboa, Teorema, (1ªed., 1992)
- FONSECA, Inês
1998 - "Festejar é pertencer ao Povo dos Aivados! Memórias e Identidades numa aldeia alentejana - análise de dois momentos festivos", in *Arquivos da Memória*, nº4 - Ritos e Sociedade (Primavera-Verão), pp.49-65
- GODINHO, Paula Cristina Antunes
1998 - *Memórias da Resistência Rural no Sul - Couço (1958-1962)*. Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (deptº de Antropologia) da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado)
- GODINHO, Paula
1996a - "Memória, género e resistência rural: o Couço em 1962", in *História*, ano XVIII (nova série), nº18, pp.22-31
- HALBWACHS, Maurice
1968 - *La Mémoire Collective*. Paris, Presses Universitaires de France
- 1994 - *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris, Albin Michel (1ªed., 1925)
- HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence [orgs.]
1984 - *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra
- LOWENTHAL, David
1993 - *The Past is a Foreign Country*. Cambridge, Cambridge University Press (1ªed., 1985)
- NAMER, Gerard
1987 - *Mémoire et Société*. Paris, Méridiens Klincksieck
- ZONABEND, Françoise
1980 - *La Mémoire Longue. Temps et Histoires au Village*. Paris; Presses Universitaires de France; (1ªed.)
- 1989 - *La Presqu'île au Nucléaire*. Paris, Éditions Odile Jacob

2.3 - Memória

- BOISSEVAIN, Jeremy
1992 - *Revitalizing European Rituals*. London & New York, Routledge
- BRITO, Joaquim Pais de